

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 488.819 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S)	: MAURÍCIO DE FARIA BECKER FILHO
ADV.(A/S)	: LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ALBERTO CARLOS DIAS DUARTE
ADV.(A/S)	: ALOYSIO DIAS DUARTE
EMBDO.(A/S)	: ANDRÉ QUINTÃO SILVA
ADV.(A/S)	: ÉLCIO FONSECA REIS E OUTRO(A/S)

EMENTA: DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. IMUNIDADE PARLAMENTAR. INVIOABILIDADE CIVIL DAS OPINIÕES, PALAVRAS E VOTOS DE VEREADORES. REPERCUSSÃO GERAL.

1. A decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante, circunstância que não configura violação ao art. 93, IX, da CF/88.

2. Nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos. (RE 600.063, Rel. Min. Marco Aurélio).

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em converter os embargos de declaração em agravo e desprovê-lo, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

AI 488819 ED / MG

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 488.819 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S)	: MAURÍCIO DE FARIA BECKER FILHO
ADV.(A/S)	: LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ALBERTO CARLOS DIAS DUARTE
ADV.(A/S)	: ALOYSIO DIAS DUARTE
EMBDO.(A/S)	: ANDRÉ QUINTÃO SILVA
ADV.(A/S)	: ÉLCIO FONSECA REIS E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de embargos de declaração cujo objeto é decisão monocrática do Ministro Joaquim Barbosa, relator originário do feito, que sobrestou o processo pelos seguintes fundamentos:

“Trata-se de embargos de declaração contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso extraordinário que versa sobre o alcance da imunidade parlamentar (CF, art. 53, *caput*, e art. 29, VI).

Observo que o tema em debate teve a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do **RE 600.063-RG** (rel. min. Marco Aurélio, *DJe* de 28.09.2011), assim ementado:

IMUNIDADE VEREADOR DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO DA CÂMARA ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 29, INCISO VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. Possui repercussão geral o tema relativo ao alcance da imunidade parlamentar prevista no artigo 29, inciso VIII,

AI 488819 ED / MG

da Carta Maior presentes opiniões, palavras e votos lançados da tribuna da Casa Legislativa.

Do exposto, determino o sobrestamento deste feito, até o julgamento do precedente indicado. Aguardem os autos na Secretaria.”

2. Os embargos de declaração foram opostos contra decisão monocrática do então relator que negara provimento ao recurso extraordinário sob os seguintes fundamentos:

“1. Trata-se de agravo de instrumento de MAURÍCIO DE FARIA BECKER FILHO contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto de acórdão proferido pela 3ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. A decisão *a quo* tem por fundamentos: violação reflexa dos dispositivos constitucionais invocados, consonância do acórdão com a jurisprudência desta Corte e pretensão de reexame de prova.

2. O acórdão recorrido ficou assim ementado:

INDENIZAÇÃO – DANOS MORAIS –
VEREADORES – INVIOABILIDADE – IMUNIDADE
MATERIAL – ART. 29, INCISO VIII, DA CF –
PRECEDENTES DO STF – DANOS NÃO
COMPROVADOS.

Conforme já se manifestou o STF, a inviolabilidade parlamentar alcança, também, o campo da responsabilidade civil, com ressalva do entendimento do Juiz Vogal no sentido de que a inviolabilidade do Vereador, consagrada no artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, alcança o campo da responsabilidade civil somente quando a ofensa à honra ou à imagem for feita no efetivo exercício do mandato, e mesmo assim quando a vítima for outro político. Se a vítima for o cidadão comum haverá lugar para a indenização por dano moral, mesmo quando a ofensa se fizer no efetivo exercício do mandato.

AI 488819 ED / MG

Hipótese em que, ademais, não se comprovou a ocorrência de qualquer dano moral indenizável.

3. De fato, o acórdão recorrido cuida de matéria constitucional, notadamente acerca do âmbito de aplicação da imunidade parlamentar (CF, art. 53, *caput*, e art. 29, VI). Assim, presentes os requisitos objetivos e subjetivos para a admissão do extraordinário, converto o presente agravo em recurso extraordinário (CPC, art. 544, § 3º).

4. No mérito, não assiste razão ao recorrente. A tese constante do recurso baseia-se na ofensa aos arts. 93, IX; 5º, *caput*, LV e XXXV (visto que o acórdão recorrido padece de nulidade), e 29, VIII, da Constituição Federal.

Para embasar a violação do último artigo mencionado, alega o recorrente que a inviolabilidade do vereador é relativa, porque limitada à circunscrição do município e condicionada ao efetivo exercício do mandato. No caso em análise, não se faz presente o nexo entre o exercício do mandato e as manifestações dos recorridos. Sustenta também que a inviolabilidade só se refere à responsabilização penal, não refletindo sobre as implicações de natureza cível. Por fim, superada a hipótese anterior, entende que os recorridos extrapolaram os limites do exercício regular de suas funções parlamentares.

Afasto a alegação de afronta aos arts. 5º, XXXV, LV, e 93, IX. O acórdão recorrido prestou inequivocamente jurisdição, sem violar os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, tendo enfrentado as questões que lhe foram postas e estando devidamente fundamentado – ainda que com sua fundamentação não concorde o ora agravante.

Rejeito a arguição de ofensa ao art. 29, VIII. O Plenário desta Corte já havia firmado o entendimento de que a imunidade parlamentar, desde que funcionalmente ligada ao mandato exercido, abrange também eventual responsabilidade civil (art. 186 do Código Civil). É o que se depreende da leitura das seguintes ementas:

AI 488819 ED / MG

- Recurso extraordinário. Imunidade material de vereador. Artigo 29, VIII, da Constituição.

- Esta Corte já firmou entendimento de que a imunidade concedida aos vereadores pelo artigo 29, VIII, da Constituição por suas opiniões, palavras e votos diz respeito a pronunciamentos que estejam diretamente relacionados com o exercício de seu mandato, ainda que ocorram, dentro ou fora do recinto da Câmara dos Vereadores, inclusive em entrevistas à imprensa, desde que na circunscrição do Município (assim, HC 74201 e HC81730).

- No caso, há o nexo direto entre a manifestação à imprensa e o exercício do mandato de vereador a impor o reconhecimento da imunidade constitucional em causa.

Recurso extraordinário conhecido e provido.

(RE 354.987, rel. min. Moreira Alves, DJ 02.05.2003)

Constitucional. Vereador: Imunidade Material:CF, art. 29, VIII. Responsabilidade Civil.

I – Imunidade material dos vereadores por suas palavras e votos no exercício do mandato, no município e nos limites dos interesses municipais e à pertinência para com o mandato.

II – Precedentes do S.T.F.: RE 140.867-MS; HC 75.621-PR, Moreira Alves, 'DJ' de 27.3.98; RHC 78.026-ES, O. Gallotti, 1ª T., 03.11.98.

III – A inviolabilidade parlamentar alcança, também, o campo da responsabilidade civil. Precedente do S.T.F.: RE 210.917-RJ, S. Pertence, Plenário, 12.8.98.

IV – R.E. conhecido e provido.

(RE 220.687, rel. min. Carlos Velloso, DJ 13.04.1999)

Rechaço o argumento de ausência de nexo causal entre o exercício do mandato e as manifestações dos recorridos. É que o exame do nexo de causalidade para este caso implicará reexame da prova produzida nos autos. Veja-se que o acórdão recorrido

AI 488819 ED / MG

partiu da premissa de que não se poderia atribuir aos recorridos a prática de qualquer ilícito capaz de causar dano moral ao recorrente, porém sequer faz menção à possibilidade de a pretensa conduta delituosa não ter sido praticada em razão do exercício do mandato. Aplicável ao caso a Súmula 279 desta Corte.

O mesmo raciocínio deve ser empregado para a alegação de abusividade do exercício regular das funções parlamentares.

5. Do exposto, nego provimento ao recurso.”

3. A parte embargante alega que houve omissão no julgado. Afirma que a decisão se manifestou apenas acerca da fundamentação do acórdão recorrido e não acolheu sua tese de suposta nulidade de sentença por ser a mesma *extra petita*. Pede a anulação do acórdão recorrido que não rebateu sua tese de sentença *extra petita*, e a própria anulação da sentença.

4. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 488.819 MINAS GERAIS

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Recebo os presentes embargos de declaração como agravo regimental, tendo em vista a pretensão da parte recorrente em ver reformada a decisão ora impugnada (MI 823-ED-segundos, Rel. Min. Celso de Mello, Rcl 11.022-ED, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, ARE 680.718-ED, Rel. Min. Luiz Fux).

2. O agravo não deve ser provido, tendo em vista que a parte recorrente não traz argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada.

3. Não foi ofendida a garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional, uma vez que a parte recorrente teve acesso a todos os meios de impugnação previstos na legislação processual, havendo o acórdão recorrido examinado todos os argumentos e motivado suas conclusões de forma satisfatória.

4. Cabe ressaltar que a decisão impugnada está devidamente fundamentada, porém de forma contrária aos interesses da parte recorrente. O Plenário deste Tribunal já assentou o entendimento de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões. Nesse sentido, reconhecendo a repercussão geral da matéria, veja-se a ementa do AI 791.292-QO-RG, julgado sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes:

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar,

AI 488819 ED / MG

contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.

4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.”

5. Ademais, ao analisar o RE 600.063-RG, Rel. Min. Marco Aurélio, sob a sistemática da repercussão geral, o plenário desta Corte assentou o entendimento de que nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos. Veja-se, a propósito, a ementa desse julgado em que fui redator para o acórdão:

“CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INVIOABILIDADE CIVIL DAS OPINIÕES, PALAVRAS E VOTOS DE VEREADORES. PROTEÇÃO ADICIONAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. AFASTAMENTO DA REPRIMENDA JUDICIAL POR OFENSAS MANIFESTADAS NO EXERCÍCIO DO MANDATO E NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Vereador que, em sessão da Câmara, teria se manifestado de forma a ofender ex-vereador, afirmando que este *apoiou a corrupção [...], a ladroeira, [...] a sem-vergonhice*, sendo pessoa sem dignidade e sem moral.

2. Observância, no caso, dos limites previstos no art. 29, VIII, da Constituição: manifestação proferida no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

3. A interpretação da locução *no exercício do mandato* deve prestigiar as diferentes vertentes da atuação parlamentar, dentre as quais se destaca a fiscalização dos outros Poderes e o debate político.

4. Embora indesejáveis, as ofensas pessoais proferidas no âmbito da discussão política, respeitados os limites trazidos pela própria Constituição, não são passíveis de reprimenda

AI 488819 ED / MG

judicial. Imunidade que se caracteriza como proteção adicional à liberdade de expressão, visando a assegurar a fluência do debate público e, em última análise, a própria democracia.

5. A ausência de controle judicial não imuniza completamente as manifestações dos parlamentares, que podem ser repreendidas pelo Legislativo.

6. Provimento do recurso, com fixação, em repercussão geral, da seguinte tese: nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos.”

6. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 488.819

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

EMBTE.(S) : MAURÍCIO DE FARIA BECKER FILHO

ADV.(A/S) : LEONARDO AUGUSTO DE ALMEIDA AGUIAR E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : ALBERTO CARLOS DIAS DUARTE

ADV.(A/S) : ALOYSIO DIAS DUARTE

EMBDO.(A/S) : ANDRÉ QUINTÃO SILVA

ADV.(A/S) : ÉLCIO FONSECA REIS E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma converteu os embargos de declaração em agravo regimental e o desproveu, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma